

O PENSAR E FAZER UMA SOCIOLOGIA COM DEFICIÊNCIA NO CURRÍCULO DO NOVO ENSINO MÉDIO DO PARANÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE NO ITINERÁRIO FORMATIVO DE GOVERNO E CIDADANIA

Andreлина Aparecida Gonzaga Oliveira ¹
Leonardo Carbonieri Campoy ²

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca realizar uma discussão sobre invisibilidade da deficiência nas diretrizes curriculares do ensino da Sociologia após a implementação da Lei nº 13.415/2017 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propondo construir e incluir no currículo o pensar e fazer uma Sociologia “com Deficiência” para estudantes do Novo Ensino Médio. O pensar e fazer uma Sociologia com deficiência se constrói não pela falta de algo ou pela capacidade de ser ou fazer, mas pela desnaturalização dos saberes dominantes e de desconstrução dos estigmas em torno de uma oposição binária entre presença e ausência, capacidade e deficiência.

A prática realizada em uma turma de 3ª série do itinerário formativo do eixo humanístico do Novo Ensino Médio (NEM) da Trilha de Aprendizagem de “Governos e Cidadania” de um colégio da rede estadual pública localizado em Colombo/PR no ano de 2024 foi motivada pela situação-problema onde estudantes constantemente utilizavam a deficiência como um meio de “xingamento” ou “ofensa” em relação aos outros colegas, reproduzindo uma forma de capacitismo recreativo. Após uma conversa sobre preconceito e discriminação, os estudantes relataram que nunca haviam ouvido falar sobre o Capacitismo e não lembravam de ter estudado algo sobre a deficiência, além das aulas de genética na disciplina de Biologia que apresentavam a deficiência sob uma perspectiva biomédica pela “falta” de algo ou como um “erro” de formação.

Através do objeto do conhecimento “Estado e Governo” e dos conteúdos de Democracia no Brasil, Constituição Federal de 1988 e Conselhos Populares, foram

¹ Mestranda em Sociologia pelo Profsocio da Universidade Federal do Paraná. Professora de Sociologia no Ensino Médio da rede pública do Paraná, branca, mulher cis, Colombo/PR, andreлинаagod@gmail.com;

² Doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor na UPE e Profsocio UFPR, branco, homem, Recife/PE, leocampoy@gmail.com;

organizadas aulas expositivas, além da realização de uma pesquisa exploratória sobre os Conselhos Municipais de Colombo, possibilitando por meio da metodologia ativa de Sala de Aula Invertida a exposição dos resultados da pesquisa e entrevistas realizadas pelos estudantes.

A experiência prática permitiu apresentar a deficiência como um marcador social da diferença e da sua presença no processo histórico de construção dos direitos, além dos outros marcadores sociais já presentes no currículo da disciplina. Os resultados foram positivos, pois os estudantes passaram a compreender que a deficiência não é um problema individual causado por uma “incapacidade” de fazer/ser, contribuindo significativamente com o ensino-aprendizagem de cada um/uma em relação à cidadania, reconhecimento da luta em torno da conquista de direitos de diferentes grupos sociais.

2. METODOLOGIA

A prática pedagógica descrita neste trabalho foi realizada ao longo do 1º Trimestre, em 12 aulas em uma turma de 3ª série da Trilha de Aprendizagem de “Governo e Cidadania” em um colégio da rede estadual pública localizado em Colombo/PR. Após a identificação da situação-problema, o primeiro passo foi a elaboração de um roteiro de atividades que incluíssem a deficiência na disciplina de “Governo e Cidadania” com base no currículo de Sociologia e no Caderno de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio do PR do ano de 2024 com o objetivo de apresentar, construir e fazer uma sociologia com deficiência significativa para/com aqueles estudantes. O segundo passo foi propor ao longo das aulas do Planejamento da SEED³, a inserção da Deficiência no objeto do conhecimento “Estado e Governo” através dos conteúdos de Democracia no Brasil, Constituição Federal de 1988 e os Conselhos Populares por meio de aulas expositivas sobre o conceito de cidadania, democracia, o reconhecimento das minorias e o avanço dos direitos por meio da Constituição Federal de 1988. O terceiro passo é proposto por uma pesquisa exploratória sobre os Conselhos Municipais e a importância dos Conselhos como forma de participação cidadã e de reivindicação e conquista de direitos, assim como construção de políticas públicas em cada segmento. i) Questionou-se os estudantes sobre o que eles conheciam dos conselhos municipais do município de Colombo; ii) Solicitou-se uma atividade de pesquisa exploratória,

³ Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

onde cada grupo ficou com um tema e a demanda de localizar informações e uma/um conselheira/o para compreender qual o papel, função e importância dos Conselhos Municipais. Quarto passo desenvolvido através da metodologia ativa de Sala de Aula Invertida os estudantes compartilharam os resultados da pesquisa e das entrevistas; A atividade foi finalizada por meio de uma conversa após as apresentações dos resultados de cada grupo, buscando identificar por meio dos relatos quais eram as expectativas antes e após as entrevistas, os desafios enfrentados durante a realização do trabalho e em como a atividade foi responsável por contribuir individualmente com o ensino-aprendizagem de cada um/uma.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A presença da Sociologia nos currículos da educação básica é marcada por uma trajetória complexa de institucionalização e permanência que envolvem desafios diversos relacionados a fragmentação entre a formação dos docentes, a tradição pedagógica da disciplina, a sua obrigatoriedade instável, a escassez de materiais/manuais didáticos adequados que realmente dialoguem com as demandas de cada período e ao papel crítico formativo da disciplina na educação básica, conforme Meucci (2000), Silva (2002) e Moraes (2003 e 2011).

Marcada por projetos políticos de cada governo no Brasil, a história da Sociologia na educação é atravessada por reformas e pela intermitência. A disciplina de Sociologia resiste constantemente aos ataques e tentativas de silenciamento e exclusão dos currículos. Os documentos legais, Lei nº 13.415/2017 responsável pela Reforma do Ensino Médio e a Lei nº 14.945/2024 que institui a Política Nacional de Ensino Médio e altera a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) atingem diretamente o ensino, além de “garantir” em lei o desmonte pelo qual o sistema de ensino público do Paraná vem se desenhando.

No Estado do Paraná, a implementação do Novo Ensino Médio se sustenta com base nos Cadernos de Itinerários Formativos dos anos letivos de 2022 e 2023 como apontam Neves e Prokopiuk (2024) ao alertar que todas as mudanças estruturais na legislação oferecem uma educação marcada tendenciosamente pelo neoliberalismo ao ofertar “uma formação mais flexível e adaptada às demandas contemporâneas dos estudantes, ao mesmo tempo em que sugere uma orientação voltada para a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho” (NEVES e PROKOPIUK, 2024, pág. 16).

Segundo Da Costa (2023) a reforma do ensino médio permitiu por parte da SEED/PR o esvaziamento das disciplinas, além de trazer um cunho utilitarista e motivacional presente no currículo, diminuindo o acesso ao conhecimento científico. O itinerário formativo do eixo de Humanas da Trilha de Aprendizagem de Governo e Cidadania das turmas da 3ª série no Novo Ensino Médio são marcadas por conteúdos esvaziados, que dependendo do docente podem ser apenas aulas “sobre temas”, sem conhecimento científico ou embasamento teórico.

Apesar das constantes reformas e das recorrentes idas e vindas, das discussões sobre o quê, como, porquê e para quem ensinar Sociologia, é possível apontar que determinados campos, questões e grupos seguem marginalizados e esquecidos do currículo. A deficiência, enquanto marcador social da diferença, continua sendo sistematicamente ignorada nos conteúdos e nas abordagens da disciplina. Esse silenciamento revela não apenas uma lacuna pedagógica, sociológica e antropológica, mas também uma omissão política e epistemológica, que reforça a invisibilidade histórica das pessoas com deficiência nos processos educativos, formativos e nas análises sociológicas que visam formar os estudantes ao longo da sua trajetória escolar.

Lopes (2019) explica que ao tratar a deficiência como uma categoria analítica, é possível identificar as relações de poder, de exclusão e inclusão presentes na nossa sociedade, permitindo compreender e analisar de maneira crítica às estruturas sociais em torno das políticas públicas e das dinâmicas que envolvem pessoas com deficiência e as variações e relações em torno do discurso e das práticas cotidianas.

O fazer uma Sociologia com Deficiência se faz necessário. Historicamente as pessoas com deficiência foram excluídas, marginalizadas, tuteladas, segregadas e expulsas de espaços aos quais a sociedade dizia não pertencer a elas. As autoras Mello, Aydos e Schuch (2022) explicam que a deficiência é uma “categoria analítica,êmica, relacional, política, moral, identitária, de saúde, de mediação e de performance. Ora é um marcador social de diferença, ora uma forma de opressão ou de desigualdades” (MELLO, AYDOS, SCHUCH, 2022, pág. 14)

Mello (2020) explica que o capacitismo é uma forma de discriminação contra pessoas com deficiência, responsável por atrelar esse grupo social a um tipo de dispositivo compulsório da capacidade ligado a uma visão médica e individual que hierarquiza e induz pessoas com deficiência a almejarem padrões de aparência e

de funcionalidade.

É necessário formar os estudantes para combater as ideias e o condicionamento preconceituoso e capacitista construído historicamente por meio das práticas sociais, culturais, históricas e políticas na nossa sociedade, práticas que ainda resumem a deficiência a uma questão médica. As discussões em torno do modelo médico e do modelo social da deficiência e do reconhecimento da pessoa com deficiência como indivíduo, como cidadão, como pessoa para além de um catálogo, um manual ou patologia são apontados pelas autoras e autor (DINIZ, 2007; DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009, MELLO, 2020).

Lopes (2022) nos convida a colocar a “deficiência na cabeça”, não como uma metáfora, mas como uma metonímia, trazendo significação, colocando o corpo como sujeito e a deficiência na cabeça, um convite para tomar/aplicar/empregar a deficiência como uma questão sociológica fundamental, enquadrando a deficiência como um problema central ao ponto de “entrar na cabeça”.

Para Campoy (2021) ensinar Sociologia vai muito além da memorização de conteúdos prontos. Os estudantes não podem ser reduzidos a meros acumuladores, enquanto docentes precisamos romper com modelos pedagógicos baseados na mecanização, transmissão e acumulação de informações sistematizadas. A construção coletiva do saber exige um processo genuíno de reflexão que leve em consideração as experiências de cada indivíduo, compreendendo que no processo de aprendizagem não se separa o ensinar do aprender. Fazer uma Sociologia com deficiência se constrói como um desafio, a disciplina pode e deve ser usada estrategicamente como uma ferramenta de combate ao capacitismo, preparando os estudantes para compreender, refletir, questionar e desnaturalizar os preconceitos enraizados, contribuindo assim para a formação de sujeitos conscientes que consigam identificar as dinâmicas de poder e exclusão presentes nas estruturas capacitistas encontradas ao longo de suas trajetórias e experiências de vida

Pensar a educação frente a tantos desafios e paradigmas exige uma transformação, ou talvez um “abraçar a mudança” que hooks (2013) aponta ao falar sobre os espaços formativos e o medo da mudança por professores. O modelo de educação conteudista marcado pelo copiar sem questionar resulta em exclusão e segregação dos grupos minoritários, principalmente quando apagamos e excluímos a história e a conquista de pessoas com deficiência. Transgredir para alcançar a liberdade pensando em acolher, incluir, humanizar e transformar a escola e o

processo de formação dos estudantes é reconhecer que as aulas, os espaços e os sujeitos ali presentes são diferentes e as diferenças estão na sociedade para além dos muros da escola.

A sala de aula, mesmo com suas limitações, ainda continua sendo um ambiente de possibilidades como aponta (hooks, 2013), talvez o que esteja faltando para um pensar/fazer uma Sociologia com Deficiência seja o “colocar a deficiência na cabeça” conforme Lopes (2022), um “aleijamento” das práticas e vivências no ambiente escolar com base em Mello, Aydos e Schuch (2022) com o “aleijar” as antropologias e um “ensinar sociologia, fazendo sociologia” segundo Campoy (2021).

4. RELATO DE EXPERIÊNCIA: O PENSAR E FAZER UMA SOCIOLOGIA COM DEFICIÊNCIA

A turma de 3ª série do itinerário formativo do eixo humanístico do Novo Ensino Médio (NEM) da Trilha de Aprendizagem de “Governos e Cidadania” do período da manhã era composta por 26 estudantes, com perfis diversos. Um grupo heterogêneo, com experiências e vivências pessoais distintas. Frequentemente seus posicionamentos pessoais referente a valores políticos e religiosos causavam pequenos atritos entre os colegas, mas nada grave ao ponto de causar rompimentos entre os pares. Os estudantes apresentavam um perfil questionador e participativo, contribuindo ativamente para as discussões em sala de aula, o engajamento e participação foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

A prática pedagógica descrita neste trabalho foi realizada ao longo do 1º Trimestre do ano letivo de 2024 e tem como ponto de partida um “atravessamento” capacitista que ocorreu durante uma das aulas de Governos e Cidadania sobre o tema Democracia. Enquanto realizava o registro no quadro dos tópicos discutidos anteriormente com os estudantes sobre o que eles compreendiam em relação à democracia e a sua importância para a sociedade, um grupo começou uma troca de insultos com muitas risadas e respostas afiadas e rápidas. Após chamar a atenção do grupo para que parassem, um dos meninos dispara a seguinte frase “viu só seus autistas, parem com isso, não liga professora porque eles são tudo retardado mental”, nesse instante os demais colegas começam a rir de toda a situação e uma menina complementa dizendo “é professora, eles erraram o caminho da APAE”. Ainda perplexa com o comportamento dos adolescentes ao compreender que a

deficiência ali servia como uma “piada” carregada de estigmas capacitistas e preconceituosos em torno da deficiência, respondi o capacitismo recreativo com a seguinte frase “não entendi, me explica? meu filho é autista e ele não se comporta dessa maneira”. Nesse instante a sala ficou silenciosa, alguns estudantes balançavam a cabeça em negativa e o grupo dos adolescentes que participavam daquela situação abaixavam a cabeça, demonstrando um constrangimento com a minha resposta/questionamento. A adolescente me pediu desculpas e disse que o comentário não tinha como objetivo ofender a professora, outra menina que sentava na frente e não fazia parte do grupo, tentou justificar a atitude dos colegas dizendo “professora, mas é normal, coisa nossa, porque todo mundo fala isso, ‘autista, retardado, aluno de APAE’, é tipo brincadeira”.

A conversa com a turma continuou, questionei os estudantes se eles sabiam o que era capacitismo, se haviam pessoas com deficiência em suas famílias ou círculo de convivência/amizade e se em algum momento da vida escolar eles haviam estudado algo sobre deficiência. Apenas três estudantes relataram ter familiares com deficiência ou conviver com pessoas com deficiência e unanimemente todos responderam não ter estudado ou falado sobre deficiência dentro do ambiente escolar, além de uma aula de Biologia onde o professor comentou algo sobre genética e em como as deficiências “nasciam”, ou seja, uma aula atrelada a um perspectiva biomédica e biogenética que amarravam a deficiência a uma falta e/ao erro durante a formação do ser humano.

A aula sobre Democracia se transformou em uma aula expositiva dialogada sobre o Capacitismo, sobre como ele se apresenta na nossa sociedade e em como a luta pelos direitos das pessoas com deficiência também faz parte do processo de construção de uma sociedade democrática. Ao explicar para os estudantes que o Capacitismo é considerado um crime conforme o Art. 88 da Lei Brasileira de Inclusão - LBI (2015), alguns estudantes demonstraram espanto ao saber que assim como o racismo “era proibido fazer piada”.

Com o término da aula, permaneci o restante do dia refletindo sobre aquele “atravessamento”, me questionando sobre como as disciplinas do currículo daqueles estudantes e de todos os outros ainda permaneciam invisibilizando e apagando todas as lutas, conquistas e desafios em torno da deficiência enquanto uma marcador social da diferença. Como se tratava de uma turma na qual não lecionei Sociologia no ano anterior, então não era possível saber de fato os conteúdos

trabalhados anteriormente, assim como o aprofundamento em determinados temas e assuntos. Após a identificação da situação-problema segui alguns passos para introduzir e incluir a deficiência na disciplina de “Governo e Cidadania”, como uma tentativa de pensar e fazer uma Sociologia com Deficiência.

- **1º PASSO - Elaboração de um roteiro de aulas e atividades**

Elaboração de um roteiro de aulas e atividades com base no currículo de Sociologia e no Caderno de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio do Paraná⁴ do ano de 2024, com o objetivo de apresentar, construir e fazer uma sociologia com deficiência significativa para/com aqueles estudantes por meio de uma discussão sociológica, antropológica e política.

- **2º PASSO - Planejamento e Inserção da Deficiência no objeto do conhecimento “Estado e Governo”**

Por meio das aulas do Planejamento da SEED/PR, foi realizada a inserção da Deficiência no objeto do conhecimento “Estado e Governo” através dos conteúdos de Democracia no Brasil, Constituição Federal de 1988 e os Conselhos Populares em 12 aulas de Cidadania e Governo, aproximadamente 6 semanas, a disciplina possui a carga horário de 2 horas aulas semanais, apenas para as turmas do Eixo de Humanas⁵. Em sala foram trabalhados os conceitos de cidadania, democracia, o reconhecimento das minorias e o avanço dos direitos por meio da Constituição Federal de 1988. Foram apresentados conceitos e autores que dialogavam com as questões em torno da universalização dos direitos e das desigualdades, o reconhecimento das intersecções e marcadores sociais da diferença e da fragmentação em torno da construção de uma democracia mais inclusiva e de reconhecimento das minorias sociais. Em uma das aulas foi apresentada aos estudantes as autoras Débora Diniz e Anahí Guedes de Mello para aprofundar as questões em torno da deficiência e dialogar com outros autores em relação à cidadania, conquista dos direitos e os marcadores sociais de desigualdades.

⁴ Caderno de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio do Paraná - Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Disponível: <<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=55643&ext=pdf&k=b0c4d14f9b>> Acesso em 10/06/2025.

⁵ No Novo Ensino Médio a disciplina de Sociologia é ofertada apenas na 2ª Série como parte da Formação Básica Geral. Na 3ª série ela aparece como um Itinerário Formativo de “Governo e Cidadania” para o Eixo de Humanas, as turmas do Eixo de Exatas não possuem essa disciplina ou outro itinerário que permita uma discussão próxima da Sociologia, Antropologia ou Ciência Política.

- **3º PASSO - Pesquisa exploratória**

Foi proposta uma pesquisa exploratória sobre os Conselhos Municipais e a importância dos Conselhos como uma forma de participação cidadã e de reivindicação e conquista de direitos, assim como da construção de políticas públicas. Em um primeiro momento os estudantes foram questionados sobre o que eles conheciam sobre os Conselhos Municipais do Município de Colombo e coletivamente a resposta foi a negativa de não conhecer e não fazer ideia do que seriam esses conselhos. Divididos em grupos, os estudantes ficaram responsáveis por localizar informações sobre os conselhos e entrevistar uma/um conselheira/o para compreender qual o papel, função e importância dos Conselhos Municipais para a cidade, principalmente em relação a representatividade e construção de políticas públicas. Os temas propostos foram: Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho da Alimentação Escolar (CAE), Conselho Municipal da Saúde (CMS) e o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CMDPcD).

- **4º PASSO - Sala de aula invertida e apresentação dos resultados**

Durante a apresentação dos resultados obtidos por meio de suas pesquisas e entrevistas, os estudantes demonstraram surpresa e uma nova compreensão sobre o papel dos Conselhos Municipais em Colombo. De forma geral, os grupos destacaram positivamente o impacto na formulação de políticas públicas e na garantia dos direitos dos cidadãos colombenses. A atividade revelou, de maneira concreta, como os Conselhos atuam como instrumentos fundamentais na consolidação da cidadania e na promoção de uma sociedade democrática e inclusiva.

Figura 1 - Apresentação dos trabalhos



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A atividade foi concluída com uma roda de conversa realizada após as apresentações dos grupos, com o objetivo de refletir, por meio dos relatos dos estudantes, sobre as expectativas iniciais e as percepções desenvolvidas ao longo do processo. Também foram discutidos os principais desafios enfrentados na execução das entrevistas e a forma como a experiência contribuiu para o processo de ensino-aprendizagem individual. Um dos grupos, responsável por apresentar o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CMDPCD), compartilhou com a turma que o principal desafio encontrado foi o receio de adotar involuntariamente uma postura capacitista ao entrevistar o conselheiro Presidente José Aparecido Leite, um homem com deficiência física e cego.

Os estudantes demonstraram sentimentos de ansiedade e insegurança ao longo das semanas quanto à abordagem adequada para a entrevista, especialmente por se tratar de uma comunicação com uma pessoa cega. A interação ocorreu por meio do aplicativo WhatsApp, e a primeira pergunta feita por eles ao entrevistado foi

“como você consegue ler o whatsapp se você não consegue enxergar?”, além de outras perguntas relacionadas a maneira como abordar e conversar com uma pessoa com deficiência, as nomenclaturas, o uso das tecnologias assistivas, a acessibilidade e a importância do Conselho em relação aos direitos das pessoas com deficiência e a representatividade na nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da conquista de direitos das pessoas com deficiência está associada ao paradoxo entre a exclusão, o apagamento, a invisibilidade e a resistência. O pensar, o construir e o fazer uma educação levando em consideração as diferenças sob a perspectiva do respeito, valorização e reconhecimento é um dos grandes desafios que professoras e professores enfrentam em sala de aula.

O roteiro de atividades desenvolvidas ao longo do primeiro trimestre possibilitou apresentar dentro dos conteúdos de planejamento da SEED e do caderno de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio do PR a deficiência, apagada ao longo do currículo de todas as disciplinas, com exceção de uma, que segundo os estudantes apresentava uma concepção biomédica, de um “problema” individual daquele que a “portava”.

Conhecer, compreender, entender e experimentar a Deficiência em sala de aula como parte da construção do ensino-aprendizagem dos estudantes se apresenta como uma ferramenta valiosa no combate ao capacitismo. A prática desenvolvida pode ser entendida como um possível caminho para se pensar e fazer uma Sociologia com Deficiência mesmo em meio a tantas reformas, esquecimentos e apagamentos.

A ausência da temática Deficiência nos currículos de Sociologia e de todas as outras disciplinas evidencia um grande desafio a ser enfrentado não apenas por uma educação sob uma perspectiva inclusiva, mas como uma sociedade inclusiva que reconhece e compreende as diferenças e as dinâmicas de poder e exclusão que envolvem a deficiência. A Sociologia tem um papel fundamental na desconstrução de estigmas e na problematização das estruturas que sustentam o capacitismo. Se faz necessário incluir a deficiência nos currículos da educação básica, como objeto de estudo sociológico, antropológico e político para formar sujeitos mais conscientes e promover uma educação verdadeiramente inclusiva, que reconheça e valorize as múltiplas formas de existência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015. p. 2.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e **institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 15 de junho de 2024. **Institui a Política Nacional de Educação Inclusiva e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jun. 2024.

CAMPOY, L. C. **Ensinar sociologia fazendo sociologia: memórias e notas de uma pessoa que aprende, ensina e ensina a ensinar ciências sociais**. *Ensino da Sociologia em Debate*, Londrina, v. 1, n. 11, p. 1-18, jan./dez. 2021

DA COSTA, R. C. A implementação da Reforma do Ensino Médio no Estado do Paraná: o avanço das políticas neoliberais e os ataques à Educação do Campo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 8, p. 1-23, 2023. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/21592>> Acesso em: 10 mar 2025.

DINIZ, D. **Modelo social da deficiência: a crítica feminista**. 2003.

_____. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. Sur. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 6, p. 64-77, 2009.

hooks, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. 2. ed. São Paulo: **Martins Fontes**, 2013.

LOPES, P. **Deficiência como categoria analítica: Trânsitos entre ser, estar e se tornar**. *Anuário Antropológico*, v. 44, n. 1, p. 67-91, 2019.

_____. **Deficiência na cabeça: convite para um debate com diferença**. *Horizontes Antropológicos*, v. 28, p. 297-330, 2022

MELLO, A. G. **Corpos (in)capazes: a crítica marxista da deficiência**. **Jacobin Brasil**, (n. esp.):98-102, 2020.

MELLO, A. G; AYDOS, V.; SCHUCH, P. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, ano 28, n.64, p.74-29, set./dez. 2022.

MEUCCI, S. **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Tese de Doutorado. [sn], 2000.

MORAES, A. C. **Licenciatura em Ciências Sociais: entre o balanço e o relato**. Tempo Social – USP, Abril, 2003.

_____. **Ensino de Sociologia: Periodização e campanha pela obrigatoriedade**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 359-382, set.-dez. 2011.

SILVA, I. L. F. **O ensino das Ciências Sociais / Sociologia no Brasil: histórias e perspectivas**. Coleção Explorando o Ensino. Ministério da Educação, v.15, Brasília, 2002.

NEVES, A. D. ROCIO; PROKOPIUK, M. **TRANSFORMAÇÕES EDUCACIONAIS E REFORMAS CURRICULARES: UM ESTUDO DO NOVO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ**. Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 10, n. 2, p. 01-27, 2024.